

**Sobretudo gente da política.
Sobre a criação do curso de Mestrado em História da
Universidade Federal do Paraná em 1972**

Bruno Flávio Lontra FAGUNDES*

Resumo: Esse artigo apresenta a história do curso de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) durante a ditadura militar. O foco está em seu curso de Mestrado, criado em 1972, seus antecedentes e o que o favoreceu para se tornar um curso referencial para outros mestrados em História brasileiros. Valendo-se de documentos do curso e depoimentos de alguns de seus ex-professores, o artigo visa compreender a atuação de alguns desses expoentes no processo do desempenho político, administrativo e acadêmico do curso, que se tornou o primeiro mestrado de História de universidade federal no Brasil reconhecido pelo Ministério da Educação.

Palavras-chave: Política. História. Memória. Cursos de História. História da História.

**Especially people from politics.
About the creation of the Master course in History
of Federal University of Paraná in 1972**

Abstract: This article is about the history of the History course of the Federal University of Paraná (UFPR) during the military dictatorship. Its focus is the Master course, created in 1972, its antecedents and what favored it as a benchmark for other History master courses in Brazil. Using the course's documents and testimony from some of his former professors, the article aims to understand the actions of some of them, exponents in the process of political, administrative and academic performance of the course, which became the first History Master Degree in a Brazilian federal university recognized by the Ministry of Education.

Keywords: Politics. History. Memory. History courses. History of History.

* Doutor em História (UFMG), professor efetivo do curso de História, do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHIST), da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão. Avenida Comendador Norberto Marcondes, 733. Centro – Campo Mourão (PR) – 87302-060. Auxílio financeiro CNPQ. E-mail: parabrunos@gmail.com

Contrariando longa tradição, recentemente tem sido menos incomum praticantes profissionais de História discutirem sobre si mesmos, sua função social e seus próprios cursos, haja vista recentes encontros profissionais, dossiês de revistas e mesmo artigos de seção livre de periódicos da área, publicarem sobre temas que se traduzem como “lugares da História”, “lugares de atuação do historiador”, “o que faz o historiador” e afins. Talvez grande indício de mudanças no campo sejam as matrizes curriculares dos cursos, nas quais, até pouco tempo, não existia uma disciplina como “Teoria da História”, fórum em que cabe uma discussão sobre a história da História sob o viés de uma indagação: qual o “valor da História, hoje”.¹

Mesmo que nas últimas décadas tenhamos vivido um “[...] espantoso processo de ‘museificação’, a disseminação do ‘passado-espetáculo’, um ‘surpreendente renascer do romance histórico, dos *best-sellers* e filmes [...] das histórias da vida privada [...] da reciclagem de estilos’[...]”, espanta que a maior parte dos pares historiadores revelem-se injuriados ante o fato de viverem concorrências com outros profissionais que “fazem história”, endossados por públicos de um mercado cujos critérios de validação não são acadêmico-científicos. Mesmo que Sarlo já tenha advertido: “[...] as operações com a história entraram no mercado simbólico do capitalismo tardio com tanta eficiência como quando foram objeto privilegiado das instituições escolares desde o fim do século XIX.” (SARLO, 2007, p.11). E mesmo que Malerba esteja insistindo que “[...] é imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos assumirem a importância da dimensão pública de sua atividade, ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público.” (MALERBA, 2014, p. 43).

Esse artigo é sobre a história do curso de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) durante a ditadura militar. Nele estiveram alguns dos expoentes que resistiram, nos anos 1970, que a ANPUH aceitasse em seus quadros e eventos professores de História do então Ensino Fundamental e de alunos pós-graduandos.

A motivação deste texto está exposta na problemática toda desenvolvida acima.

Em que sentido pensar mudanças no campo da História a fim de submetê-lo a questões que envolvam os cursos de História e a formação que oferecem à luz de demandas da parte de outros públicos não-formados com relação à história? Parte-se da compreensão de que a História que historiadores brasileiros reproduzem em cursos, mesmo que com criticidade, detém-se numa dada forma de conceber a história, elaborar uma memória crítica do passado, organizada segundo parâmetros que constituíram um padrão de cursos de história no país. Desse padrão derivou uma herança, hoje passível de ser questionada acerca do que estudar, como estudar o passado, qual a função da história, do profissional formado e suas possibilidades de atuação.

A necessidade de se examinar aquela herança provém da urgência de se verificar suas compatibilidades aos dias de hoje, ensaiando uma formulação sobre os cursos de História e seus desenhos institucionais a fim de conectar a reflexão dos historiadores sobre si mesmos e seus cursos como “eficientes”, nos termos de Sarlo (2007), avaliando o “mercado simbólico do capitalismo tardio” e as chances de historiadores participarem dele com alguma formação e credencial de seus cursos. Uma história da História que seja pertinente, a nosso ver, precisa estudá-la como, na história, cursos se organizaram em programas, com currículos, matérias, ênfases, definição de função social, perfil profissional, mercado de trabalho visado e – digamos – seus “rituais de sacração”. Neste texto examinaremos uma comemoração – e propomos uma interpretação da função de festas e celebrações realizadas por cursos de História a fim de se firmarem institucionalmente.

Como exemplo daquele padrão de curso de História de que derivou aquela herança – que, presumimos, deve ser posta em questão hoje – tomamos o curso de Mestrado da Universidade Federal do Paraná (UFPR), criado em 1972, e suas redes de relações, curso que, em 1976, foi reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) como “curso de excelência”, o primeiro curso de pós-graduação em História de universidades federais reconhecido no país. Este artigo examina a história do curso de História da UFPR supondo que compreender o legado daquele padrão de cursos e do perfil de seus formados fortalece o conhecimento para se enfrentar desafios profissionais e de formação que cursos de História vivem nas realidades e conjunturas atuais. Ou ainda, em outras palavras, que discutir encaminhamentos para aqueles desafios deve passar, necessariamente, pela mutação em algum grau dos próprios desenhos institucionais dos cursos e redefinição de sua função.

Criado em 1971, o curso de Mestrado em História da UFPR tinha um projeto institucional em consonância com o processo de Reforma Universitária que foi se instituindo, pouco a pouco, por legislação preparatória ao longo dos anos 1960. A reforma já se projetava desde os anos 1950 num contexto de sociedade que se urbanizava e se industrializava, marcada pelo processo de massificação social urbana e do ensino em todos os seus níveis, o que vai levar governos militares, depois, a racionalizarem a universidade segundo padrões de desempenho adequados ao aproveitamento otimizado e racional de recursos, com impactos sobre todo o sistema de organização didática, administrativa e política do ensino superior brasileiro.

Historiadores têm o hábito de dizer o Brasil de maneira geral, quase que num vício de linguagem e de construção de enunciados. Dizem, mais ou menos correntemente, por exemplo, que tal processo, fato ou acontecimento abalou “toda a história e a realidade do país”, nem sempre se atentando para a especificidade de situações com histórias próprias.

Há percepção considerável da história da universidade brasileira de acordo com grande número de estudos sobre o movimento estudantil, a atuação de professores e as reações ao Golpe de 1964 pelos casos de universidades de São Paulo, Minas Gerais e, principalmente, Rio de Janeiro, histórias que são generalizadas para todo o resto. Vamos em sentido oposto: examinamos a Universidade Federal do Paraná e a realidade específica em que se criou e se desenvolveu seu curso de Mestrado em História.²

Sob essa perspectiva, o Golpe de março de 1964, que abre um período novo na história do Brasil, e o processo de ditadura que se segue, poderiam ser analisados como fundamento político que, de algum modo, condicionou historiadores no ato de conceber o desenho institucional de seus cursos, segundo interesses que não deixavam de ser, em algum sentido, interesses também da ditadura, interesses que nem sempre se manifestavam nacionalmente, porém mediados por interesses de governos e homens públicos que, em seus estados, estiveram alinhados às prescrições ditatoriais em nível nacional. Como sujeitos com alguma autoridade pública reconhecida, autorizados pela instituição científica, historiadores podem elaborar seus cursos alinhados ao ator estatal do qual dependem, e a quem, em última instância, servem, mesmo que numa adesão não-explicitada, não-revelada e nem mesmo percebida por aqueles que a vivem.

Esse artigo examina a provável interação de professores do programa de pós-graduação, Mestrado em História, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com o ordenamento político-jurídico do país a partir de 1964. No Paraná, o curso de História de sua então única universidade federal, como foi institucionalizado, otimizava aquela interação apoiada nas prescrições do regime político de 1964 e com a anuência de muitas de suas autoridades, não obstante a heterogeneidade de setores civis e militares que articularam o golpe. Os dados que fornecem documentos disponíveis a serem consultados indicam que a história do curso de História da UFPR e seu Mestrado pode ser acompanhada observando-o à luz das mudanças regulares de diretrizes e da legislação estabelecidas pelo governo federal para o ensino superior.

Um Mestrado atípico, sem constrangimentos

A literatura sobre a história da universidade brasileira não é pequena, mas a de seus cursos em separado o é. Em se tratando da história de cursos de História, a realidade não foge à regra, embora ela esteja mudando em virtude do interesse e da adesão recente de pesquisadores ao tema. Cresce a preocupação com a história dos cursos de História brasileiros e com a institucionalização de um campo de saber histórico disciplinar no país. “Ainda que as reflexões dos historiadores sobre suas práticas intelectuais e sociais sejam

relativamente recentes, a história da História tem se tornado, cada vez mais, um objeto nobre e relevante de investigação.” (FERREIRA, 2013, p.8). Ao recuperar acontecimentos relevantes da história da constituição do curso de Mestrado do Departamento de História (DEHIS) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR, é preciso identificar alguns alinhamentos doutrinários e filosóficos que, provavelmente, favoreceram o advento do Mestrado no mesmo momento que, em outras universidades do país, seus mestrados não conseguiam se instalar, com professores perseguidos, vigiados, compulsoriamente aposentados e alunos presos e desaparecidos. Com o cuidado de, antemão, não condenar aqueles que não foram presos, julgando-os coniventes, a opção analítica, aqui, julga as chances que cursos tiveram de executar seus programas quando souberam agir estrategicamente, sem uma linha de enfrentamento ao regime militar, que os teria poupado. Assim, o curso da UFPR fez opções teóricas que evitaram intencionalmente o Marxismo, provavelmente com o fim de esquivar-se do acirramento de conflitos ideológicos e políticos.

[...] O Paraná é uma região, pela sua própria formação, democrata. Democracia de sangue, de afetos, de crenças e de esperanças. O Paraná, com neve ou seca, é o celeiro que alimenta o Brasil, realizando na prática a liberdade que se conquista pela dignidade do trabalho. O Paraná é democrata. Assim, a universidade, nesse sentido, é democrática, e não se curva ante a opressão ideológica das esquerdas de importação, prosseguindo em paz e liberdade, os seus trabalhos de ciência e ensino. (WESTPHALEN, 1978, grifos nossos)³.

Entre cursos de História brasileiros presume-se que tenha havido indiferença e não conivência. Aqui, seguimos uma linha de pensamento que evita a polarização, resistência e colaboração na análise das relações entre “intelectuais e pesquisadores acadêmicos com o regime militar”, como advoga o historiador Rodrigo Patto, logo à entrada de seu livro sobre as universidades e o regime militar (SÁ MOTTA, 2014, p. 7). As vinculações, eventuais aproximações daqueles professores com governos militares podem ter sido estratégicas: “[...] de fato, o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de forma repressiva” (SÁ MOTTA, 2014, p. 7).

O intervalo entre os anos de 1970 e 1972 é quando se prepara no Brasil a regulamentação de sua pós-graduação, fato realçado por Helena Bomeny ao analisar a atuação de um dos mentores mais significativos de suas linhas diretivas, o professor Newton Sucupira.

A atuação de Sucupira no Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) é destacada pela autora: “[...] de onde [do DAU] se empenha [no período 1970 a 1972] na direção do órgão máximo executivo da educação

superior ao promover e patrocinar as condições à consolidação do ensino superior, praticamente da pós-graduação” (BOMENY, 2001, p. 28). Marieta de Moraes avaliza o teor das afirmações sobre as dificuldades atravessadas naquele momento histórico por parte de universidades brasileiras. Analisando o curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), já no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), na UFRJ, a autora informa que a criação da pós-graduação ali foi retomada nos anos 1970, mas que “[...] as dificuldades para sua consolidação foram muito grandes” e que só em 1982 o programa pôde começar a titular seus alunos. (FERREIRA, 2013: 80)

Não foi assim no curso de Mestrado de História da UFPR.

Mesmo vivendo fase aguda de aumento de encargos docentes – registrada desde 1965 conforme atas de reunião no DEHIS – não deixou de criar seu Mestrado em 1971. Em 1974, o curso já diplomava sua primeira turma sem constrangimentos e, bem pouco depois, se tornaria referencial para outros mestrados no país.

Não foi pouco o que fez efetivamente o DEHIS da UFPR nos anos 1960, que precederam a criação do Mestrado. A principal ação liderada por duas professoras – Cecilia Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana⁴ – e pelo professor Brasil Pinheiro Machado, seus principais líderes, foi, desde 1961, quando da criação do DEHIS, o levantamento de arquivos paroquiais e cartoriais de Curitiba, levado até 1968, quando, deste ano até 1969, a ação se desdobrou no grande projeto *Levantamento e Arrolamento de Fontes para a História do Paraná*, projeto maiúsculo de identificação e classificação de acervos documentais paranaenses, fomentado pelo CNPq. O projeto continua após 1969, em afinidade com os apelos feitos desde 1961 pela APUH de salvar, guardar e recuperar arquivos da história brasileira, historicamente descuidados. Capitaneado por esses professores, preparava as condições para propor o mestrado no início dos anos 1970. A estratégia envolvia um trabalho de organizar os componentes daquelas condições, quais sejam: circunscrever um grande tema regional – a história da ocupação do Paraná e sua estrutura fundiária – analisá-lo numa perspectiva metodologicamente inovadora, a da história quantitativa serial, fixar o campo de conhecimento da História Demográfica na tradição historiográfica então vigente no país, constituir documentação alentada de consulta sobre a história paranaense e fincar o princípio do historiador como oficial de arquivo, bem à maneira da historiografia francesa *annaliste*.

E as consequências, em termos de História Quantitativa em razão de grandes séries documentais de documentação levantada, não tardaram a vir. Historiadores, sobretudo franceses que, na primeira metade dos anos 1970, estiveram no DEHIS promovendo cursos e dando palestras, ajudavam a constituir no departamento, pelas pesquisas desenvolvidas

em História Demográfica Quantitativa, um centro internacional de pesquisa histórica quantitativa.

O ideal do curso de graduação em História da UFPR e, como desdobramento, seu mestrado, era revisar a história do Paraná, “começar do zero”, como nos contou em entrevista um de seus professores. E para isso o curso precisava saber em que lugar estavam os documentos da história do estado, o que se tornou a grande tarefa de seus professores e assistentes ao longo dos anos 1960 e 1970. O curso vendeu uma espécie de “tecnologia de levantamento” de arquivos.

Consultar as atas e os boletins produzidos pelo DEHIS nos anos 1960 é verificar o arco ampliado de iniciativas e atividades realizado por seus professores em matéria de encargos de aulas, mas, em especial, suas ações em matéria de projetos de pesquisa e de extensão – com cursos de aperfeiçoamento de professores do ensino médio no estado – participação em eventos, acadêmicos ou não, publicação em revistas, acadêmicas e, especialmente, na capacidade do departamento de agregar, liderar e engajar, no estado, professores e alunos de todas as faculdades estaduais que mantinham cursos de História no projeto de Levantamento de Fontes. A segunda fase do projeto, financiada por agência de fomento, começou em 1968 e terminou em 1969. Um de seus feitos foi o de arregimentar alunos e professores de cursos de História de faculdades do interior do estado onde havia cursos de História, distribuindo a cada curso, sob supervisão, as tarefas de fazer o levantamento de arquivos nas cidades onde estavam localizados. A ampliação do projeto de levantamento de arquivos para âmbito estadual, sob supervisão do DEHIS, contou com o apoio financeiro da FUNDEPAR, agência de fomento do Estado do Paraná, com a participação de professores das faculdades de Jacarezinho, Londrina, Mandaguari, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa e União da Vitória, que deveriam levar a efeito o levantamento dos arquivos da Matriz, Câmara Municipal e Prefeitura de cada uma dessas cidades.

Por proposta do DEHIS, a Faculdade de Filosofia e a FUNDEPAR celebraram em setembro próximo passado [1968] Convênio de Cooperação objetivando a realização de pesquisas históricas de interesse comum. Trata-se do desenvolvimento do Projeto Levantamento de Arquivos, que terá curso com a colaboração dos professores das faculdades de Filosofia do Estado que mantêm cursos de História, no decorrer de 1969. (LIVRO DE ATAS do DEHIS, 9 de dezembro de 1968).

A iniciativa ajudava a capilarizar o DEHIS para o interior do estado e auxiliava no enraizamento de seu protagonismo na criação de uma memória histórica do Paraná.

Os historiadores elaboram uma memória do passado e são sujeitos por excelência construtores de uma memória histórica em que a força da instituição universitária científica

favorece o enunciado, reforçando-o a todo tempo. Cursos de História são como “lugares de memória”, “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7), apesar de a memória ser sempre “[...] supeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir” (NORA, 1993, p. 9). Não se falava retrospectivamente no Paraná, antes do curso de História da UFPR, em “Paraná moderno”, “Paraná tradicional”, “Norte Pioneiro”, “Norte Novíssimo”, todas nomenclaturas de que lançam mão sujeitos comuns para rememorar o estabelecido para a história paranaense. Alguém recortou o passado do Paraná assim, e firmou essa reconstituição memorial como “a” história, quando ela não passa de apenas uma das memórias possíveis. O curso de Mestrado da UFPR é um desses lugares que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). É preciso analisarmos a história de cursos de História estimando sua força para instituir memórias. Graças ao trabalho investigativo, nos anos 1960 e 1970, especialmente de Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana, professores do curso, o DEHIS da UFPR vai, conforme Kersten (2000), fazer “a invenção do Paraná” – inicialmente repartido entre dois Paranas, um Moderno e outro Tradicional.

As festas, as celebrações – como a que analisamos aqui ao fim desse texto – não são meros lances da consumação de uma iniciativa – ainda seguindo Nora. São mais momentos que ajudam, no Paraná, a constituir uma instituição que passa a ter o poder de fazer a memória do estado. É preciso tomar estes momentos não só como momentos de rememoração do passado do outro, mas de confirmação e afirmação de sua própria memória, sobressaindo sua força de “dizer o que é o passado”, uma confirmação de seu lugar de “lugar de memória” que o curso de História da UFPR garante a si próprio e a seus professores. O curso de Mestrado em História da UFPR poderia se enraizar em virtude do relacionamento de alguns de seus principais mentores com instituições e governos alinhados a uma ideologia do desenvolvimentismo, que era a dos governos do primeiro período militar, e isso em pelo menos três sentidos.

Um, o da competência com que o DEHIS da UFPR desenvolveu uma quase-tecnologia de “levantamento de fontes históricas” em arquivos notariais (cartórios), paroquiais (Igreja) e administrativos (câmaras municipais). Por ocasião do V Simpósio de Professores de História, em setembro de 1969, em Campinas, foram apresentados os resultados do projeto de Levantamento de Arquivos do DEHIS, “[...] os quais, somadas às demais comunicações desse departamento, receberam várias moções de louvor pelos simposistas presentes à sessão final do conclave” (Livro de Atas do Departamento de História, 27.09.1969). Era comum, na Apresentação e/ou Introdução dos Boletins do

Departamento – normalmente escritos por Cecília Maria Westphalen, sua diretora e depois chefe – a alusão aos apelos de simposistas nos encontros da APUH para que historiadores salvassem os arquivos de suas histórias regionais, organizando-os. As fontes eram temas obrigatórios dos encontros e o curso de História da UFPR era invariavelmente elogiado no quesito de procura e conservação das fontes históricas.

Outro sentido do enraizamento do curso foi o da valorização do regional enfatizado pelo DEHIS da UFPR. Examinar a história do curso de História da UFPR, se não é escusado arriscar uma linha investigativa, pode se encaminhar por meio do fato da demora com que os cursos de História e de Geografia levaram para se separar na UFPR, muito embora a lei nacional de separação entre os cursos tenha sido publicada em 1955.⁵ O enlace História e Geografia no DEHIS da UFPR refere-se à tradição de a História do Paraná ser escrita como história da ocupação territorial do estado, o que uma pesquisa de cunho mais historiográfico poderia provar. Num dos primeiros simpósios da APUH, Pedro Calmon referia-se a certa conversa que havia tido com “mestre Capistrano [de Abreu]”, que lhe teria dito que uma história geral do Brasil ainda estava por ser escrita na falta de documentação. As escritas de história no Brasil seriam ainda histórias regionais.

Não é improvável projetar que o curso de História da UFPR tenha se incumbido de fazer essa história regional do Paraná. Durante pelo menos o fim da segunda metade dos anos 1970, os principais projetos em desenvolvimento no curso foram o de levantamento de fontes para a História Demográfica do Paraná e outro sobre as estruturas agrárias do estado, nas linhas de pesquisa de História Econômica e Social do Mestrado, com área de concentração em História do Brasil. Em 1967, o Simpósio da APUH foi em Curitiba, sobre Imigração e Colonização e, claro, professores da UFPR em peso fizeram comunicações. Essa tarefa que, supomos, o DEHIS da UFPR tenha se prestado a fazer, provavelmente amaciava o juízo do DEHIS pelos governos do período militar quanto ao nacionalismo e ao amor à pátria, encarnado por aquilo que se pode traduzir pela formulação feliz de Anne-Marie Thiesse – “la petite patrie enclose dans la grande” (THIESSE, 1995) – ao tratar do papel do regionalismo no nacionalismo francês durante a Terceira República. O mestrado em História da UFPR seguiu seu curso durante o regime militar sem ser incomodado. Não houve professores e alunos presos, molestados, exilados, invasão policial, prisão de estudantes e professores.

Um terceiro sentido que enraíza o curso junto a governos militares, que os teriam “deixado em paz”, estaria enredado no segundo: o da capacidade com que o DEHIS da UFPR conseguiu, efetivamente, num tempo de fixação da autoridade da ciência indispensável ao surgimento de técnicos e profissionais especialistas para as tarefas que envolviam o desenvolvimento, alinhar a ciência da História à doutrina do desenvolvimento,

com as facilitações que tal alinhamento provavelmente carregava – mesmo na falta de documentação probatória para provar – aos processos de negociação dos professores do curso quando do implante de seu pioneiro mestrado.

[...] É sabida, hoje, a importância da documentação histórica, bem como se conhece o extraordinário valor dos arquivos históricos, inclusive para os planos e projetos que visem à promoção dos recursos humanos e o desenvolvimento econômico e social, e o trabalho do historiador não pode ser omitido nas atividades de planejamento e assessoramento, razão por que não somente por motivos de ordem estritamente da ciência histórica, mas também da ação político-administrativa, há de recorrer-se à documentação organizada e arranjada, segundo normas técnicas indispensáveis. (WESTPHALEN; BALHANA, 1969, p. 7).

Há certo exame, na literatura sobre o período ditatorial quanto às universidades, que as entende como estratégicas para os governos e o Estado, e que houve muitas vezes negociação, arranjos e disputas, em que alguns professores se pontificaram como lideranças que fizeram o que fizeram, deixando legado extenso e duradouro. Sobre o curso de Mestrado em História da UFPR, pode-se dizer que privilegiou e investiu na formação de um profissional com função social para o desenvolvimento do país segundo dois aspectos: um, mais geral, como *experts* no manejo de uma tecnologia de organização de arquivos que substancializou a disciplina histórica como algo próximo de uma ciência arquivística articulada a um discurso de desenvolvimento. Depois, mais regionalmente, no Paraná, são profissionais que favoreciam um discurso para a estabilidade e a ordem social ao fazerem o programa do Mestrado aderir e divulgar programaticamente princípios políticos de coesão e solidariedade articulados numa identidade cultural do paranaense persuasiva e convincente elaborada dentro do curso. Podemos explorar liames presumidos entre atores sociais acadêmicos e governamentais que favoreciam o financiamento na pós-graduação em História da UFPR num momento em que a pós-graduação brasileira praticamente se implantava.

A atuação de caráter político – e mesmo política – de dois de seus professores deve ser pontuada: Cecília Maria Westphalen e Brasil Pinheiro Machado. Investigar a atuação desses dois personagens não nos leva a concluir apressadamente nada sobre colaboração, pois havia ambiguidades. Vejamos alguns itens da atuação do Mestrado em História da UFPR, o qual foi o primeiro curso de Mestrado da região Sul do país e o primeiro de uma universidade federal reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Continuidades e discontinuidades entre gerações – a questão do Marxismo e do anticlericalismo

O curso de Geografia e História da UFPR foi criado em 1938 no ato da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esquemáticamente, pode-se reparti-lo em duas gerações de professores: a dos primeiros professores formadores recrutados sem os dispositivos profissionais que seriam criados depois – por meio da legislação progressiva que, em 1968, desemboca na lei nº 5.540 e nomeados por autoridades políticas –, e uma segunda geração, a de seus alunos, esses, sim, iniciados em práticas profissionais por concursos de provas e títulos e que vieram a se tornar os professores do curso nos anos 1960 e 1970.

Logo no início de 1939, os cursos da faculdade sofreriam os efeitos da criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), da Universidade do Brasil (UB), criada em 1939, cujo dispositivo legal exigia demonstração de “[...] capacidade financeira para manter [os cursos...]” (Artigo 4, Decreto-Lei nº 421, 11 maio de 1938), instituição a cujos programas as faculdades de Filosofia do país deveriam se adaptar. A exigência legal provocou um período da história da Faculdade de Filosofia da então Universidade do Paraná (UPR) de quase paralisação das atividades, pela falta de recursos para sua automanutenção. Em face de tal situação, o encaminhamento dado foi o de rezer contrato com a União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), dos Irmãos Maristas.⁶ A viabilidade do contrato proveio da ligação de eruditos intelectuais que criaram a faculdade com o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), associação que se voltava contra o que identificavam de “correntes anticlericalistas” da sociedade curitibana. Segundo rezava o estatuto do CEB, os professores não se afastariam da “deferência” aos “[...] postulados cristãos de sua orientação espiritual, [...] uma conduta de elevado acatamento às tradições católicas do povo brasileiro [...]” (Livro de Atas da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – 3 de agosto de 1939). Mas havia mais. O CEB, celeiro de onde foram recrutados os professores católicos da faculdade, desde sua criação informava da causa política em jogo: o perigo do avanço do comunismo no Brasil e o papel da Igreja na contenção da expansão da doutrina.

Pedi assim licença [o conselheiro Revmo padre Luiz Gonzaga Miele] para levar ao conhecimento do Círculo páginas de um colaborador das “Vozes de Petrópolis”, que anuncia um novo romance seu. Leu a seguir um artigo – “o que me disse um livreiro” – de autoria do Fr. Pedro Liezig [?], em que o grande polígrafo franciscano põe em relevo o perigo da difusão de obras comunistas no Brasil, quando aqui se procura cortar a entrada de propagandistas das doutrinas vermelhas da Rússia. [...] (LIVRO DE ATAS do CEB – 23 de julho de 1931).

O CEB teve papel virtualmente essencial na primeira geração de professores do curso e de sua orientação político-ideológica, quando se destacaram, nas disciplinas de História, os professores Homero Batista de Barros, Bento Munhoz da Rocha Neto e Brasil Pinheiro Machado. O alinhamento predominante dos professores com a doutrina católica de organização do ensino é notória, não dando chances a adversários. Dessa geração, saíram os professores de tradição cristã que formaram a primeira geração de professores do curso.

Em 1950, a universidade era federalizada e a geração de então vai crescer numa nova realidade de viver um processo de segmentação profissional no país, no qual aquela geração de professores será formada segundo critério de desempenho acadêmico marcado pelas possibilidades de efetivação de iniciativas e atividades profissionais que eram próprias da instituição universitária, de um treinamento profissional efetuado nela. Dessa segunda geração, destacam-se Cecília Maria Westphalen e Altiava Pilatti Balhana.

A razão de se fazer breve caracterização das duas gerações é a de pleitear que a tradição católica de pensamento que marcou a criação da faculdade em 1938 se estende de uma geração a outra e se perpetua no curso a ponto de cogitarmos que o suposto anticlericalismo da sociedade curitibana que os criadores da faculdade queriam combater teve num combate ao Marxismo um emblema dentro do curso de História. A defesa dos valores cristãos e a recusa do comunismo ou de ideologias que seriam exóticas ao Brasil articula uma e outra geração.

Muitos jovens, hoje, em vista da própria juventude escorregam no marxismo, no comunismo ou no socialismo, mais no socialismo, indefinido e generoso, de uma fase pré-marxista. Não devem ser marcados para o resto da vida, com a marca da revolução, a marca de uma varíola que não tiveram. Apenas acompanharam a moda. Desejaram o socialismo conforme, digo, como forma de libertação social do homem. Só isso. Mais nada do que uma doença infantil do pensamento contemporâneo, pois o socialismo nunca existiu. No lado soviético de nosso planeta, não existe o socialismo, mas o capitalismo estatal e totalitário, uma das opções já referidas. Enquanto se desejar ou for necessário o desenvolvimento econômico, a única forma de atingi-lo é o processo acumulativo do capitalismo [...] (ANUÁRIO da UFPR – ano 1970, p. 30).

O curso de Mestrado de História na UFPR foi favorecido em seu prestígio pela atuação de suas figuras exponenciais, que conseguiram prover o estado do Paraná de fundamentos históricos que elaboravam um conhecimento histórico como saber que não levantava críticas e nem fomentava conflitos, além de não dar curso à difusão do pensamento e da doutrina marxistas. Não havia Marxismo no curso de História da UFPR. Num contexto de lutas políticas contra a ditadura em universidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, a realidade do curso de História na UFPR e da

Faculdade de Filosofia parecia bem outra. O que não significava anuência e submissão, mas algumas ambiguidades merecem ser pontuadas.

Num contexto de lutas políticas contra a ditadura em algumas universidades brasileiras mais amiúde opositoras do governo federal, a realidade do curso de História na UFPR e da Faculdade de Filosofia, se comparada com aquelas universidades, parecia bem outra. O curso não sofria com a ditadura. Apenas a presença da ditadura por meio da AESI era contestada, AESI cujos agentes eram quase que onipresentes na universidade e, eventualmente, assistiam aulas e faziam reprimendas, advertindo que algumas coisas não podiam ser ditas. Não houve exatamente uma blindagem, mas alguma alienação dos alunos também com relação aos acontecimentos políticos. Não havia professores militantes, era possível se fazerem aulas sobre a história do Fascismo, do Nazismo, do Comunismo, sem molestação. Não havia pesquisas politicamente engajadas. As civilizações ocidentais podiam ser trabalhadas normalmente, facilitadas pelo que ex-professores identificam na base de bibliografia francesa, consideradas suficientes para se trabalhar com todos esses temas.

A repulsa ao Marxismo provinha ainda do crivo sobreposto pela professora Cecília Westphalen, um crivo ambíguo que deixa dúvidas sobre se havia uma opção teórica pelos Annales ou política, receosa mesmo da emulação que o Marxismo poderia provocar. Da parte da professora, se não gostava da crítica marxista por questão aparentemente de escolha teórica, deveria imaginar que a liberdade de pensamento não poderia ser tolhida: não suportava a colocação de agentes da ditadura infiltrados no curso, a título de vigiar as aulas. A professora Westphalen nunca falara em neutralidade do conhecimento histórico, ela comungava do que seriam as ideias de renovação dos Annales, mas era avessa a muita teorização, a que, provavelmente, identificava um pouco de Marxismo, a cujo fundamento teórico, na década de 1970, associava certa militância política deletéria ao bom desenvolvimento da ciência histórica. Também a professora, aparentemente, não entendia o historiador como um “técnico”. O conhecimento histórico precisava ser “explicado”. Sobre liberdade intelectual, à professora se identificava certo limite que procurava pôr ao uso muito livre do raciocínio e da abordagem, uma vez que era contra a citação de historiadores marxistas em trabalhos de dissertação e tese.

É curiosa a distinção entre alguns acontecimentos como se deram no curso de História da FNF – revelados por Marieta de Moraes – e como eles se deram no curso de História da UFPR.

No processo de criação do Mestrado do IFCS, no Rio de Janeiro, conta a professora Maria Yedda Linhares que, antes de ser presa em 1969, havia preparado um programa de pesquisa “em torno do qual deveria girar o curso de Mestrado em História”. O então

catedrático em História do Brasil, Hélio Vianna, se opôs ao projeto, ao que a professora Maria Yedda retrucou: “Dr. Helio Vianna, acabou a cátedra. O senhor não manda mais na História do Brasil” (Maria Yedda Linhares, entrevista em FERREIRA, 2013, p. 237). Abolido o instituto da cátedra, no processo da reforma universitária, no IFCS os catedráticos podiam cair no demérito e encarnavam um sistema de ensino hierárquico e que desestimulava a ascensão funcional. No curso dos acontecimentos da criação do Mestrado em História da UFPR, foram os ex-catedráticos que conduziram o processo e mantiveram a porção de autoridade a eles atribuída para fazer o curso acontecer.

De uma geração a outra, o anticlericalismo no curso de História da UFPR manteve-se encarnado em ideais de repulsa ao Marxismo, fazendo crer que ideais e princípios ideológicos se transvestem sem perder sua essência.

Continuidades e discontinuidades entre gerações – a questão regional e o enigma Brasil Pinheiro Machado

O caso mais enigmático do processo de projeção de ex-catedráticos na criação do Mestrado em História da UFPR foi o de Brasil Pinheiro Machado, professor no curso desde 1938 e que, na virada dos anos 1960, se adaptou à nova geração de professores e continuou no DEHIS. O legado familiar na história pública provindo da região Sul do Brasil e sua atuação como personalidade de grande prestígio na política intelectual do Paraná davam-lhe fortes credenciais para ter como influir, e mesmo dentro da UFPR, decidir sobre fluxo de recursos a projetos, pagamento de bolsistas, apoios diversos ao planejamento de departamentos universitários.

De família tradicional, Pinheiro Machado, no período que nos interessa aqui, foi secretário-executivo do Conselho de Pesquisas da UFPR no ano de 1968, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de 1968 a 1972, quando a faculdade foi desmembrada em institutos. Nesse período, praticamente nunca deixou de exercer sua cadeira de História do Brasil no curso, em cujas atividades esteve invariavelmente presente e participativo. Sua vida pregressa revela a construção familiar de prestígio e o acúmulo de razoável capital intelectual de influência em trocas políticas. Havia sido prefeito de Ponta Grossa, nomeado em 1932, diretor da faculdade entre 1942 e 1948, interventor do Estado durante alguns meses em 1946, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em 1947, deputado federal entre 1948 e 1951, presidente do Tribunal de Contas entre 1951 e 1965, vice-reitor da universidade entre 1956 e 1958.

Provindo da geração fundadora de professores, continuou ativamente dentro do curso de graduação nos anos 1960 e 1970, mesmo depois de o Mestrado ter reorientado a

História dentro do DEHIS para uma direção mais científica. Pinheiro Machado continuava, naqueles anos, um ativo professor do departamento, o que não acontecia mais com os professores de sua geração Bento Munhoz da Rocha Neto e Homero Batista de Barros. Brasil completaria 65 anos, em 1972, quando teria aposentadoria compulsória. Em reunião, professores do curso decidiram dirigir petição à Congregação da Faculdade solicitando a permanência do professor “[...] dada a importância de sua presença e de seus conhecimentos para as atividades do Departamento de História” (Livro de Atas do DEHIS – 1º de dezembro de 1972 e 4 abril de 1978). O professor é reconduzido ao cargo e permanece no departamento até 1978. A data que seria a da aposentadoria, 1972, é a mesma do início da primeira turma do Mestrado. Conforme conta-nos em entrevista uma ex-professora do curso e ex-aluna de Pinheiro Machado, o professor não fazia sacrifícios pelo departamento, embora sempre se dedicasse com muito boa vontade ao que se lhe solicitasse, sem precisar pedir favores a colegas e amigos políticos.

Dentro do DEHIS, mas exatamente do Programa de Mestrado, ele participou de alguns projetos que se fizeram notórios, em especial os relativos à Estrutura Agrária dos Campos Gerais, sobre a propriedade da terra na faixa central do território paranaense. Sua atuação e seu projeto investigativo ajudavam a impregnar o curso de um viés regionalista. Para além de sua nomeação para catedrático da cadeira de História do Brasil em 1940, sua trajetória de advogado de formação avança para além de sua geração. Em 1951, ao retomar sua cátedra na faculdade, após mandato de deputado federal, escreverá seu livro mais expressivo: *Sinopse de História Regional do Paraná*, como separata da Revista do IHGEP. “A história do Paraná é, pois, um capítulo da história regional do Brasil” (MACHADO, 1951, p. 2). O professor lançava a base temática regionalista que iria vincar o processo de deslocamento do curso de História para a pesquisa do Paraná nos anos 1960 e 1970 depois, com a criação do mestrado referente à segunda geração de professores. Com caráter de um texto fundador da história regionalista do Paraná, o livro de Brasil fornecerá, quando do mestrado, duas décadas depois, a motivação para um Projeto de Levantamento de Fontes para a História Regional, sob exclusiva coordenação do autor.

A pequena obra de Brasil Pinheiro Machado são as primícias, num contexto brasileiro de elaboração da identidade nacional dos anos 1950, de uma reflexão sobre o lugar da identidade regional paranaense no Brasil – reflexão que será legitimada pelo curso de História da UFPR. A cadeira de História do Brasil foi eternamente de Brasil Pinheiro Machado ao longo da história do curso de História da Faculdade de Filosofia.

Em 1968, dezessete anos depois do livro de Pinheiro Machado, no texto que abre o Boletim 7 do DEHIS, *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno*, Cecília Westphalen, Altiva Balhana e Brasil Machado firmam a distinção histórico-territorial

entre os dois Paranás, o “tradicional” – “Paraná da mineração, da pecuária, das indústrias extrativas e da lavoura de subsistência [onde] estão presentes o branco, o índio e o negro [...]” (BALHANA, 1970, p. 28) – e o Paraná “Moderno”, resultante da desagregação da sociedade campeira tradicional do fim do século XIX, com dispersão de gentes para outras partes do território ocupando terras novas, dispersão de escravos vendidos no mercado interno resultantes da crise do escravismo e entrada de contingentes populacionais imigrantes. O Paraná identificado “Moderno” criava um viés de pesquisa que examinava as mutações da ocupação territorial do estado a partir do fim do século XIX e fazia aparecer para a história contingentes populacionais nunca antes estudados numa “história demográfica” que Altiava Balhana pontificava.

A incorporação analítica do Paraná Moderno e de suas populações ajudaria a conceber o projeto de Mestrado. Essa criação memorialística organiza, e endossa, depois, as pesquisas que serão dirigidas pelo curso no processo de escolha das regiões históricas do estado a terem seus arquivos descobertos e identificados. São os Campos Gerais do Paraná e suas cidades – Lapa, Castro, Palmeira, Guarapuava, entre outras – que farão parte dos projetos de Brasil Pinheiro Machado sobre a identidade do Paraná. O curso de História da UFPR vai chancelar a baliza de reflexão identitária do estado paranaense pela força do agenciamento público memorialístico que o curso realizará, incentivado pela política universitária dos anos 1960 e 1970.

Aproximações de Cecília Maria Westphalen, figura-chave

A professora Cecília Maria Westphalen pertence à segunda geração de professores formada pela geração do professor Brasil. Entrou para o curso como professora contratada em 1951 e, em 1952, já era professora interina. Em 1953, secretariou evento de comemoração do Centenário da Emancipação do Paraná, iniciativa conjunta do curso com o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEP). Entre 1955 e 1957, filiou-se à Associação Histórica Inglesa e aprofundou relações com Fernand Braudel, tornando-se membro da Sociedade Marc Bloch de História, sediada em Paris. Tornou-se catedrática da cadeira de História Moderna e Contemporânea, em 1957.

Na trajetória funcional da professora havia vínculos formais com instituições de governo e exercício de funções públicas. Foi assessora de Gabinete do Secretário Estadual de Educação e Cultura, de 1961 a 1963, quando Ney Braga era governador do estado do Paraná.⁷ Foi assessora do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, de junho a dezembro de 1964, quando era ministro Flávio Suplicy de Lacerda, ex-reitor da UFPR, defensor da “revolução” de 1964, ex-professor catedrático da Escola de Engenharia da

UFPR e ligado, desde os anos 1930, a grupos paranaenses engajados na luta contra o anticlericalismo. Segundo informa o historiador Rodrigo Patto, “[...] apenas a quatro dias após sua posse, no dia 19 de abril, [Suplicy de Lacerda] baixou uma portaria (n.259) determinando às universidades a ‘instalação de inquéritos administrativos’[...]” a serem entregues num prazo de trinta dias (SÁ MOTTA, 2014, p. 51).

A professora Westphalen teve papel atuante na esfera da política educacional do estado do Paraná. Foi membro do Conselho de Pesquisas da UFPR, de 1965 a 1967, membro do Conselho Estadual de Educação do Paraná, de 1965 a 1971, membro do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), órgão de fomento, de 1962 a 1970. Em 1962, o então governador Ney Braga instituiu o Fundo Estadual do Ensino e a FUNDEPAR, para a gerência do Fundo. A Fundação esteve envolvida no patrocínio de diversas ações realizadas pelo Departamento de História, em especial o Projeto Levantamento de Fontes para a História do Paraná, depois transformado no projeto de arrolamento de fontes para a História Demográfica do Paraná durante muitos anos ainda.

Destaca-se, também, na trajetória do DEHIS da UFPR, de 1965 a 1972, ano da criação do Mestrado, o auxílio regular da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná (SEC/PR) para projetos e iniciativas acadêmicas. Em 1965, a diretora Cecília Westphalen informava aos professores do curso a proposta de convênio que fizera ao Conselho Técnico-Administrativo da faculdade com a SEC/PR para – o que seria a origem do grande projeto de levantamento de arquivos – ser realizado “[...] em cooperação mútua, levantamento dos arquivos existentes em Curitiba, bem como o arrolamento de fontes primárias [neles?] encontradas [...]” (Livro de Atas do DEHIS, 18 de outubro de 1965). Assessoramentos técnico-científicos a órgãos setoriais, colaboração com departamentos do estado do Paraná em cursos de Extensão, cursos intensivos para professores do Ensino Fundamental em cidades do interior do estado são algumas das iniciativas em que houve apoio da SEC/PR.

Mas, sobretudo, foi saliente a atuação de Cecília Westphalen como conselheira do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE), entre 1965 e 1971, segundo informações do pesquisador Sandino Hoff (HOFF, jul./dez. 2008). O autor analisa textos elaborados por conselheiros do CEE entre 1965 e 1968 e publicados na revista oficial do órgão – *Criteria*. Textos da conselheira Westphalen são analisados pelo autor. “Os artigos dos conselheiros foram publicados nos números 3 a 8 da *Criteria* e examinaram assuntos diversos, em busca de subsídios para o que consideram os novos tempos do Paraná e a adequação da educação à época do desenvolvimento industrial” (HOFF, jul./dez. 2008, p. 284). Na esteira da criação de uma política pública para a Educação no Paraná alinhada a um Sistema

Nacional de Educação para o que seria depois o Conselho Federal de Educação (CFE), o período de 1962 a 1965 foi importante pelas iniciativas desenvolvidas, em que atuou destacadamente a professora Cecília Westphalen. O Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE) foi criado ainda no governo de Ney Braga, em 1964, e implantado em 1965.

A professora Cecília Westphalen atuou como conselheira junto ao CEE desde sua implantação, em 1965, até 1971 – momentos antes da criação do Mestrado em História da UFPR. Sua atuação articulava o curso de História com a política pública encarnada num Sistema Estadual de Ensino integrado a um Sistema Nacional de Ensino. Isso facilitava promover as possibilidades de entendimento e negociação política da professora a fim de fazer do curso de História da UFPR componente indispensável do que ela entendia ser uma política adequada para o papel do curso na qualificação de profissionais para a área educacional. “A conselheira Cecília Maria Westphalen considera que o CEE realizou uma ação revolucionária, principalmente no item qualificação do magistério [...]” (HOFF, jul./dez 2008, p. 285-286). Para a professora, o CEE estava transformando “[...] estruturas arcaicas, capacitando o povo brasileiro a acompanhar a marcha rápida da civilização contemporânea.” (WESTPHALEN, 1967a, p. 2 apud HOFF, jul./dez 2008, p. 286). A sequência dos argumentos de Sandino Hoff sobre os textos analisados dos conselheiros do CEE durante o período de 1965 a 1968 demonstra o investimento da diretora do Departamento de História numa atuação no Conselho que prestigiasse a “profissionalização de professores brasileiros” em virtude de uma nova sociedade “fundada no progresso científico e na técnica industrial”, que requeria a formação de “sábios e técnicos”, identificados os sábios a professores e os técnicos a engenheiros (WESTPHALEN, 1976a).

Westphalen esteve, enquanto a frente do DEHIS, próxima de governos que estavam alinhados a governos militares, o que não nos autoriza fazer, apressadamente, acusação fora de bases empíricas sobre algo como “colaboração” com governos militares.

Nos anos 1960, o desempenho acadêmico do Departamento de História da UFPR é notório: é bastante provável que todos os acontecimentos e o desempenho do curso tenham preparado a “escolha” do curso de História para encaminhar o primeiro projeto de Mestrado em História da região Sul do país. Aqui, com o companheirismo e o apoio mais didático-pedagógico de Altiva Pilatti Balhana, a grande figura de proa foi a professora Cecília Westphalen. Opinião corrente entre ex-professores do curso, que destacam o papel de grande liderança de Westphalen na tomada de iniciativas e empenho pelo curso.

Não fosse Cecília Westphalen, o curso de Mestrado em História da UFPR não teria sido criado, nem existido.⁸ A professora aproveitou seu trânsito junto ao ex-ministro da Educação e governador do Estado Ney Braga – nascido na cidade da Lapa, como a professora – para organizar o mestrado e estruturar o departamento. O projeto de

levantamento de arquivos conduzidos ao longo dos anos 1960 provavelmente prepara o Mestrado em 1971, para o que havia uma espécie de “cálculo político” para tentar tornar o DEHIS como “centro de excelência”, como depois se confirmou. A professora Cecília tinha muitos contatos ministeriais e governamentais na época da ditadura militar. Atribui-se a esse fato prováveis facilidades de fluxo de recursos para financiar a vinda ao DEHIS, para palestras, cursos e mesmo aula no Mestrado, de professores visitantes, alguns estrangeiros, mormente franceses, o que deu certa “originalidade” ao curso em se pensando na realidade dos cursos de História do Sul do Brasil. O curso de Mestrado em História do DEHIS, da UFPR, foi o primeiro que se orientou “no sentido do que o Ministério queria” para cursos de pós-graduação na década de 1970.

Foi em 1974, quando o Mestrado formava seus primeiros mestres, que se deu acontecimento de grande potência para sugerir – e no caso exemplificar – os esforços que os líderes do curso mobilizavam para seus objetivos e os compromissos com que firmavam benefícios com instituições e agentes públicos e privados que pudessem garantir capital econômico e político que financiaram o desempenho modelar do Mestrado de História do DEHIS da UFPR. Passemos ao acontecimento.

“Sobretudo gente da política” – o grande conagração de 1974

Era 1974. “Considerando oportuna a revisão da História do Paraná”, o DEHIS “tomou a iniciativa de um evento de comemoração do I Centenário de nascimento” do historiógrafo paranaense Romário Martins, criador do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEP), em 1900. O Boletim 21 do departamento, de 1974 também, traz os anais do *Colóquio de Estudos Regionais*, que se desenrolou em meio a solenidades extra-acadêmicas. Os envolvidos no evento estão listados na entrada do Boletim: UFPR, Conselho Federal de Cultura, Governo do Estado do Paraná, Assembleia Legislativa do Paraná, Prefeitura Municipal de Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. A sequência do texto é a programação oficial, que começa dia 3 de dezembro, e daí salta para os dias 8, 9, 10, 11 e 12.

No dia 3, há uma “sessão solene na Assembleia Legislativa Estadual”. Entremeadas ao Colóquio Historiográfico, há solenidades. No dia 8, missa na Catedral Metropolitana e coquetel no Hotel Caravelle, oferecido pela reitoria. No dia 9, inauguração da Exposição Comemorativa na Casa de Romário Martins e outro coquetel oferecido pelo prefeito de Curitiba à noite. No dia 10 se inaugurou nova exposição comemorativa, desta vez no Museu Paranaense, seguida de jantar no Country Clube promovido pelo Banco Bamerindus do Brasil S.A. No último dia, 11, a partir das 17 horas, depois do discurso de encerramento pela

professora Cecília Maria Westphalen, diretora do DEHIS, houve sessão solene no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. E no dia 12, um *grand finale*, com uma “viagem turística” à Paranaguá, com visitas previstas ao Museu de Arqueologia e Artes Populares, igrejas Catedral, São Benedito, São Francisco e Fonte Velha. Estiveram presentes aos trabalhos 46 participantes do Paraná, 2 de Minas Gerais, 1 do Rio de Janeiro, 2 do Rio Grande do Sul e 5 de São Paulo, entre eles Nícia Vilela Luz e Sérgio Buarque de Holanda, representando a USP. Os então professores do curso Sérgio Odilon Nadalin e Oksana Boruzensko guardam lembranças diferenciadas do evento.

Mas, antes, uma consideração sobre a justificativa do uso de depoimentos de ex-professores do curso como fonte oral e mesmo sobre a fonte oral.

Não é unânime entre historiadores a utilização das fontes orais, seja por razões de ordem metodológica mesmo – em que ainda sobressai a crença na supremacia cientificista do conhecimento produzido por fontes escritas –, seja por razões de ordem técnica – em que ainda impera o preceito de que é ruim para pesquisa todo “[...] depoimento [que seja] fruto de um relacionamento singular entre depoente e entrevistador, e que influencia e conduz a entrevista para determinado fim” (FERNANDES, 2011, p. 110).

De um ponto de vista temático, menos metodológico *tout court*, o que fazemos aqui com base em registros orais feitos com dois ex-professores do curso de Mestrado em História da UFPR é supor que alguns temas, assuntos e passagens da história do curso não seriam tratados em documentos institucionais e nunca apareceriam interpretados se não fossem revelados pela entrevista oral, bem menos revestida de institucionalidade do que um documento escrito que registrasse, com timbre, carimbo, distintivo, e o posicionamento oficial do curso. Muitas vezes, numa pesquisa, o registro oral não só continua uma pesquisa já sendo feita com base em documentos escritos, mas ele começa outros temas que só aparecem na descontração, irreverência e privacidade de acontecimentos e processos falados e/ou oralizados. Será sempre preciso prevenir-se do risco de acreditar que “quem viveu e viu” sabe a verdade. Saber qual verdade possível extrair das fontes orais exige alguns procedimentos metodológicos.

Dois ex-professores dizem-nos aqui, comparativamente, como experimentaram a mesma situação, uma celebração integrante de um evento científico que se pode caracterizar como de “natureza política” engendrada no interior do curso e suas ligações de natureza vária – política, econômica, social, cultural. Comparar seus depoimentos não é aceitar, como insinua Fernandes (2011, p. XX) que, se houve “[...] entrevista [conduzida pelo entrevistado] para determinado fim”, tenha havido manejo para transmitir uma imagem do curso que se queira preservar, justamente porque os depoimentos são discrepantes. O depoimento de cada professor abre questionamentos diferentes que implicam no debate, e

na divergência, de grau, entre atores que viviam a mesma situação avaliada por ambos. O debate que expressam está nas ênfases/percepções diferentes que creditam ao mesmo fato e não se sustenta na ideia implícita de que, se cotejado a documentos escritos, não haveria divergências ou seria atingida uma verdade metodologicamente válida e orientada que o depoimento oral embaraça, porque ele seria falho, contra um escrito, que seria menos memória e mais história. Como se não houvesse problemas metodológicos em quaisquer fontes.

Aqui, na situação analisada, os depoimentos dos professores exprimem divergência apontada já na documentação escrita, mas não explicitada – embora induzida pelos documentos textuais e os acontecimentos que revelam. A fonte oral, aqui, suplementa, vem ao encontro da fonte escrita e avaliza o que o escrito deixa irrevelado, embora induzido. A documentação escrita pesquisada induz a uma presumida influência – talvez até um fator condicionante – político, mediado pela natureza intelectual de uma instituição universitária intelectualizada que incrementou o curso de História da UFPR, celebrado em “eventos de adesão” quase governamental pelos projetos do curso. Seria oportuno frisar que alguns de seus professores, até então, já haviam sido prefeitos municipais, governador de Estado, deputado federal pelo Paraná, juiz de Direito, presidente de Tribunal do Estado, conselheiros de órgãos de consulta e decisão governamental, assessores diretos de ministro de Estado. Durante ou não a ditadura de 1964. Figuras públicas muito além do Departamento de História da UFPR.

Os depoimentos dos professores Sérgio e Oksana revelaram-nos uma divergência de perspectiva de análise.

O professor Sérgio não se lembra do coquetel da festa, afinal, diz, “nós éramos aquilo que nós chamávamos ‘bagrinhos’”. O professor lembra de ter escrito texto e comunicado, mas nada do coquetel e da solenidade extra-acadêmica. Ele estava em preparação de partida para a França, país em que faria seu doutorado a partir de 1975.

A professora Oksana relata que a responsável por aquele colóquio fora a professora Cecília Westphalen. Alunos pediam dinheiro e iam falar com diretores de banco para “fazerem doações”, esforço que teria sido recompensado, uma vez que, segundo a memória da professora, foram conseguidas doações e os “festejos foram bem solenes”. Ao passeio final em Paranaguá, a professora lembra que o professor do curso Brasil Pinheiro Machado esteve presente, mas não se lembra da participação do ex-governador professor Bento Munhoz da Rocha Neto. A professora, ante a indagação de que todos os setores sociais estiveram presentes à solenidade, fecha seu relato resumindo a caracterização das personalidades presentes ao evento: “Sobretudo gente da política”.

A maneira como a professora se esquece do colóquio e se refere à presença nos acontecimentos extra-acadêmicos como “sobretudo gente da política”, por mais pouco precisa e generalizadora que seja, suscita tomar sua impressão pelo que pode revelar de caminho investigativo da relação do curso de História com o sistema político em 1974, exato momento em que o curso está formando sua primeira turma de mestres com debates e palestras entremeadas de conagração com personalidades e instituições do mundo religioso, político, financeiro e cultural.

O itinerário seguido pelo Departamento de História desde sua criação em 1960 até a criação do Mestrado em 1971, ao longo dos anos 1960, é marcado de iniciativas muitas vezes envolvendo políticos, prefeitos, governo de Estado e datas comemorativas de conagração. Uma história de cursos de História que, provavelmente, revela as relações da História em cursos com o poder político, afinal ao poder interessa estar ao lado dos que elaboram memórias. Ter a memória é ter poder! O arco de relações político-sociais do curso expresso naquela celebração extrapolava a esfera acadêmica, não só em razão de que não se podia falar de “academia” – no sentido que os anos 1970 vão entender – mas porque naqueles anos eram institucionalizadas práticas políticas de recrutamento de alunos assistentes e professores – endossados pelo instituto da cátedra, que fazia de professores “todo poderosos” que detinham poderes pessoais frouxamente contidos. O mais emblemático gesto, ao mesmo tempo de autocelebração e de conagração do DEHIS com o governo militar foi o Boletim 19 do departamento, de novembro de 1972, que, a título de registrar os trabalhos do Colóquio *O Paraná na conjuntura da Independência*, era publicado como “Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil”.

O curso de Mestrado em História da UFPR conectava sua memória à do estado do Paraná no momento mesmo em que construía a percepção de que, sem o curso, não seria possível a história paranaense. Identificar e levantar arquivos e a documentação que dá respaldo às narrativas de memória conduzidas pelo DEHIS era condição para a construção de uma identidade paranaense na qual o curso de História tinha seu lugar de glória e de honra. Estratégia para possibilitar que feitos e pessoas memoráveis jamais sejam esquecidas da memória dos homens. Há certa gestão da memória.

Considerações Finais – o que podem fazer os historiadores e a História?

A análise das relações entre cursos de História e contextos políticos deve considerar que todos os sujeitos sociais que se querem agentes de ruptura ou continuidade em dada ordem sociopolítica precisam reinterpretar o passado a fim de projetar um futuro que justifique suas ações – a si e a sociedade. Lócus de intelectuais formadores de opinião e

elaboradores autorizados de interpretação do passado, quando não eventualmente partícipes legitimadores de ações programáticas derivadas de decisões governamentais, historiadores e seus cursos podem ser importantes no processo de justificativa de produção do “novo”, tramado por uma representação liberal de memória que unifica e alinha a sociedade de acordo com sua vontade de viver junta.

Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas – que a bem dizer não são mais que uma – constituem essa alma, esse princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma delas é a possessão em comum de um rico legado de recordações; a outra o consenso atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer uma herança que se recebeu íntegra. (RENAN, 1997, p.173).

A “pequena pátria”, a região, encravada na grande pátria, resulta de um processo de inventário, conforme a criação da grande pátria: para ser construída, inventariada, a região também deve fixar o que seria essa alma, esse princípio espiritual, para o que artistas, escritores e intelectuais são indispensáveis. “O que constitui a nação é a transmissão, através de gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato em inventá-lo” (THIESSE, 2002, p.7). O papel do DEHIS para o Paraná parece ter sido o de um grande produtor desse inventário. Desde os primeiros documentos que registram o que seria o “papel” do curso de História da UFPR há uma ênfase insubstituível na região Paraná e a formulação de uma escrita da História e uma prática que elaboravam a região e quem seria o “paranaense”.

Cursos de História podem legitimar atos e iniciativas de governos auxiliando a elaborá-los, quando não os chancelando, à medida que compõem uma representação do papel social dos historiadores. Elaborando uma memória de si mesmos como sujeitos de ciência isentos de qualquer outra vontade senão a de elaborar a origem cultural de sua comunidade histórica em nome do interesse da verdade, da paz e da ordem social.

Como não poderia ser diferente, o curso de Mestrado em História da UFPR viveu, a sua maneira, os acontecimentos de sua existência alinhado a fatos da história das políticas públicas voltadas para o Ensino Superior no Brasil nos anos 1960 e 1970 e, também a sua maneira, viveu relações com os acontecimentos políticos que prepararam a ditadura e, depois, com os governos da ditadura.

Foi feita menção nesse texto a pessoas de alguns de seus expoentes professores, com suas ambiguidades, contradições e intenções sinceras não-reveladas. Os papéis político-profissionais desempenhados por esses professores e os sujeitos e instituições com os quais entretinham relações de troca caracterizam uma interação operativa com os

acontecimentos que marcarão o regime inaugurado em 1964. Sobretudo no que tange ao vínculo que, de uma geração a outra, professores do curso de História da UFPR mantiveram com a doutrina católica, contra o marxismo e a favor de uma identidade do paranaense que não açulasse conflitos. Nem as aposentadorias regulares, nem as compulsórias a que se refere Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 58) em outras universidades derivadas dos inquéritos administrativos mandados executar por Flávio Suplicy de Lacerda, chegaram aos professores do DEHIS da UFPR. Não que isso os faça coniventes, mas lhes deixou o caminho livre.

Com consistência, manejando aparato teórico e metodológico adequado e armados com o distanciamento crítico e responsabilidade cívica, historiadores e cursos de História são agentes importantes na busca da verdade possível. Importantes na busca da verdade possível sobre si mesmos também, sem ter medo de assumi-la, avaliando e demonstrando como memória, história e historiadores são resultados de relações políticas que envolvem Estado e Ciência, governos e cientistas.

Relações das quais, por mais que se assegurem críticos, nem mesmo historiadores-cientistas escapam.

Recebido em: 24/09/2016

Aprovado em: 10/11//2016

NOTAS

¹ Título de recente livro publicado pela Fundação Getúlio Vargas. “Qual o valor da história hoje?”, de 2012.

² Mais exatamente, o curso de Mestrado em História da UFPR foi criado em 1971 e sua primeira turma começou em 1972.

³ 1978, Revista Veja, entrevista de Maria Cecília Westphalen, Cx 2, PI 15, Arquivo Cecília Maria Westphalen, Arquivo Público do Paraná (APP). O arquivo não tem tratamento da informação, não está organizado, não tem catálogo, notação, instrumento de busca. Apenas as 15 primeiras caixas têm numeração e são anotadas como PI, “produção intelectual”, sem nenhum instrumento de busca de informação.

⁴ É possível realçar o papel proeminente de Cecília Maria Westphalen, mas registrar a atuação, ainda, da professora Altiva Pilatti Balhana no curso de Mestrado do DEHIS. A professora mais se destacou por sua atuação mais claramente acadêmica do que político-institucional.

⁵ A lei nº 2.594, de 8 de setembro de 1955, dispunha sobre os desdobramentos dos cursos de História e de Geografia nas Faculdades de Filosofia. Na UFPR, a criação do Departamento de História é de 1961 e, ainda em 1962, professores do curso participavam de simpósios da Associação dos Geógrafos Brasileiros. E, ainda em 1967, a professora Altiva Pilatti Balhana, estava no curso de Geografia fazendo conferência sobre o “papel do imigrante no povoamento do Paraná”.

⁶ A Universidade do Paraná (UPR) foi criada em 1912 e sua federalização ocorreu em 1950. Como para nossos argumentos esse fato não tem repercussão, diremos aqui UFPR. Também o curso de História desdobrado do curso de Geografia e História só ocorreu em 1961, com a oficialização do departamento, o que também não tem repercussão sobre nossos argumentos.

⁷ Ney Amintas de Barros Braga foi governador do Paraná no período 1962-1965, depois ministro da Agricultura de Castelo Branco entre novembro de 1965 e agosto de 1966 e tornou-se ministro da Educação e da Cultura de Ernesto Geisel até 1978. Dados retirados de DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ, 1991 e ABREU, 1986.

⁸ As informações sobre o curso, acima e que virão a seguir, nos foram dadas em entrevista pelos ex-professores Sérgio Odilon Nadalin e Oksana Boruzsenko, respectivamente em 15 e 14 de abril de 2014, em Curitiba. Ambos foram alunos da professora Cecília. Ao professor Sérgio e à professora Oksana gostaria de externar meus agradecimentos pela entrevista e pelos dados, resultados de suas experiências no DEHIS.

FONTES

BOLETINS do DEHIS 7 (1968), 8 e 9 (1969), 21 (1974) da UFPR.

LIVRO DE ATAS da Congregação da Faculdade de Filosofia da UFPR. 8 de junho de 1939, 3 agosto de 1939.

LIVRO DE ATAS do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) – 23 de julho de 1931.

LIVROS DE ATAS do Departamento de História da UFPR. (1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1972, 1978).

LIVROS DE PONTOS DE PROFESSORES da Faculdade de Filosofia da UFPR.(1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971).

ABREU, Alzira Alves de. et al. 1986. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930. RJ, FGV Editora.Vol.1.

REFERÊNCIAS

BOMENY, Helena. *Newton Sucupira*. Os rumos da educação superior. Brasília: Paralelo 15; CAPES, 2001.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Livraria e Editora do Chain; Banco do Estado do Paraná, 1951.

FERNANDES, Simone Silva. Fontes orais. Perspectivas para o tratamento em centros de Documentação e Arquivos. In: ALMEIDA, Juniele R de; ROVAI, Marta Gouveia de O. (Orgs.). *Introdução à História Pública*. SP: Ed. Letra e Voz, 2011. p.109-123.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício*. A constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ, FGV Editora, 2013.

HOFF, Sandino. Os fundamentos educacionais da Revista *Criteria* – 1964-1968. *Revista Roteiro*, Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, v. 33, n. 2, jul./dez. 2008, p.283-304.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da História*. Bens tombados no Paraná entre 1938 e 1990. Curitiba, PR: Imprensa Oficial, Editora da UFPR, 2000.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, ago. 2014, p. 27-50.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RENAN, Ernest. O que é uma nação. *Revista Plural*. Sociologia, USP, São Paulo, n. 4, p.154-175, 1997.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *As universidades e o regime militar*. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. SP: Cia das Letras; BH: Editora UFMG, 2007.

THIESSE, Ane-Marie. Ficções criadoras. As identidades nacionais. *Revista Anos 90*, História, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p. 7-23.

_____. La petite patrie enclose dans la grande. Regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1871-1940). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 8-16.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Valorização Profissional do Magistério. *Revista Critería*, Curitiba, CEE, Estado do Paraná, n. 5, jan./jun. 1967b.

_____. O professor no regimento da escola média. *Revista Critería*, Curitiba, CEE, Estado do Paraná, n. 6, jul./dez. 1967a.

_____; BALHANA, Altiva Pilatti. Introdução. *Boletim 9 da Universidade Federal do Paraná*, Arquivos Paranaenses, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de História, Curitiba, 1969, p.5-18.